



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022 REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS, EPP OU EQUIPARADOS

**OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DE
ÁLCOOL 70% PARA O ALMOXARIFADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA
FRIBURGO**

RESUMO DO EDITAL (Não substitui a leitura integral do Edital)

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:	12/12/2022 – 13:00
ENDEREÇO DO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO:	https://www.gov.br/compras
UASG:	928063
PARTICIPANTES:	EXCLUSIVIDADE PARA EXCLUSIVIDADE MICROEMPRESAS, EPP OU EQUIPARADOS
SISTEMA DE CADASTRO:	SICAF
VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:	06 meses
EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:	ver páginas 11 a 13
PREÇO GLOBAL ESTIMADO:	ver página 04
ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS (TERMO DE REFERÊNCIA):	ver páginas 23 a 25
LOCAL DE ENTREGA:	Rua Farinha Filho, 50 - Centro - Nova Friburgo - RJ - CEP.: 28610-280
CONTATOS ATÉ O FINAL DA SESSÃO PÚBLICA:	(22) 2524-1700 ramais 251 e 289 licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br
CONTATOS APÓS A HOMOLOGAÇÃO:	(22) 2524-1700 ramal 244 almoxarifado@novafriburgo.rj.leg.br



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2022 REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVIDADE PARA MICROEMPRESAS, EPP OU EQUIPARADOS

OBJETO: AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E DE ÁLCOOL 70% PARA O ALMOXARIFADO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, COM ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO II)

1. PREÂMBULO

PROCESSO ADMINISTRATIVO/CPL Nº 059/2022

SETOR REQUISITANTE: Almojarifado

TIPO: Menor Preço unitário

MODO DE DISPUTA: Aberto

INTERVALO MÍNIMO ENTRE OS LANCES: definido por item

DATA DE ABERTURA: 12/12/2022

HORÁRIO DE ABERTURA: 13:00

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras

UASG: 928063

LEGISLAÇÃO PERTINENTE: Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, normas específicas da Resolução Legislativa nº 2.209, de 08 de julho de 2016 e Resolução Legislativa nº 2.445, de 07 de junho de 2021.

2. DO OBJETO

2.1. A presente licitação tem como objeto o Registro de Preços para aquisição eventual e futura de produtos alimentícios e de álcool 70%, pelo período de 06 (seis) meses, conforme especificações constantes no Anexo II deste Edital.

2.2 Justifica-se a aquisição deste objeto através de Ata de Registro de Preços pelo incisos I e II do Art. 3º da Resolução Legislativa nº 2.328/2019.

2.3. Havendo divergências entre a descrição do objeto constante no edital e a descrição do objeto constante no SITE GOV.BR/COMPRAS, “SIASG” OU NOTA DE EMPENHO, prevalecerá, sempre, a descrição deste edital.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. Entrega parcelada, de acordo com requisições encaminhadas pela Contratante à Contratada, precedidas de empenho, solicitando as quantidades necessárias. As requisições serão assinadas pelo Chefe de Almojarifado ou por Servidor(a) designado(a) pelo Presidente da Câmara Municipal.

3.2. Prazo de entrega de até 15 (quinze) dias após o recebimento do pedido acompanhado da Nota de Empenho e Mapa de Adjudicação.

3.3. **O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 06 (seis) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento, podendo ser prorrogada por igual período, a critério da Administração e com a concordância dos fornecedores.**

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar deste pregão quaisquer empresas que:

4.1.1. estejam legalmente estabelecidas e especializadas na atividade pertinente com o objeto deste pregão, devendo ser comprovado pelo Contrato Social ou documento equivalente;

4.1.2. atendam aos requisitos mínimos de classificação das propostas exigidos neste edital;

4.1.3. comprovem possuir os documentos necessários de habilitação previstos neste edital;



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

4.1.4 - Poderão participar deste Pregão interessados que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

4.1.5. cumpram os requisitos legais para efeito de qualificação como MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE ou MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI) e que não se enquadrem em nenhuma das hipóteses elencadas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando aptas a usufruir dos direitos de que tratam os artigos 42 a 45 da mencionada Lei, não havendo fatos supervenientes impeditivos da participação no presente certame.

4.2. Não poderão concorrer neste pregão as empresas:

4.2.1. proibidas de participar de licitações, de celebrar contratos administrativos e declaradas inidôneas por ato da Administração Pública, na forma da legislação vigente;

4.2.2. suspensas temporariamente de participar em licitação e impedidas de contratar com a Administração, considerando o disposto no art. 87 inciso III da Lei Federal nº8666/93. Não será admitida a participação de licitantes suspensos temporariamente pela Administração Municipal direta ou indireta. Não será admitida a participação de licitantes já incurso na pena do inciso IV do art. 87 da Lei 8666/93, seja qual for o órgão ou entidade que tenha aplicado a reprimenda, em qualquer esfera da Administração Pública;

4.2.3. em consórcio ou grupo de empresas;

4.2.4. cujos dirigentes, gerentes ou sócios sejam servidores ou dirigentes da Câmara Municipal de Nova Friburgo, em consonância com o disposto no artigo 9º, inciso III, da Lei Federal nº8.666/93.

4.2.5. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

4.3. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.3.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.3.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.3.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.3.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.3.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.3.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.3.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.3.6. que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.3.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DO PREÇO ESTIMADO PELA ADMINISTRAÇÃO

O preço global estimado pela Administração para a compra dos produtos que são objeto deste pregão é de **R\$ 32.650,95 (trinta e dois mil, seiscentos e cinquenta reais e noventa e cinco centavos)**, calculado a partir da mediana obtida com os orçamentos enviados por empresas, preços praticados por sites especializados e contratações similares de outros órgãos públicos, constantes nos autos do Processo Administrativo/CPL nº 059/2022. Este valor representa o máximo aceitável para a contratação resultante deste pregão.

Item	Descrição	Qtde.	Unid.	Valor Unitário	Valor Total	Intervalo entre os lances
01	Adoçante sacarina sódica e ciclamato de sódio, acondicionada em embalagem de 100 ml , com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	10	Unidade	R\$ 7,43	R\$ 74,30	R\$ 0,01
02	Açúcar refinado , branco, origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar, 1ª qualidade, apresentando uma estrutura microcristalina que lhe confira granulometria fina e alta capacidade de dissolução, acondicionado em embalagem plástica de 1 kg , com todas as informações pertinentes ao produto e previstas na legislação impressas externamente na embalagem, prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	500	Quilo	R\$ 5,07	R\$ 2.535,00	R\$ 0,01
03	Biscoito salgado tipo cream cracker , em embalagem com 200g , com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega à Câmara.	700	Unidade	R\$ 4,75	R\$ 3.325,00	R\$ 0,01
04	Biscoito doce tipo maisena , em embalagem com 200g , com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega à Câmara.	450	Unidade	R\$ 4,36	R\$ 1.962,00	R\$ 0,01
05	Biscoito wafer , acondicionado em embalagem, no mínimo, de 115g nos sabores morango, chocolate e limão, com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega à Câmara.	150	Unidade	R\$ 3,66	R\$ 549,00	R\$ 0,01
06	Café torrado e moído de primeira qualidade, com aspecto homogêneo, embalado a vácuo, sabor predominante de café arábica, admitindo-se mistura de café conilon até 20% e, no máximo, 20% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade (NMQ) igual ou superior a 05 (cinco), acondicionado em pacote de 500g , com todas as informações pertinentes ao produto previstas na legislação vigente, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Prazo de validade restante mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	400	Unidade	R\$ 20,55	R\$ 8.220,00	R\$ 0,05
07	Chá (sabores camomila, capim cidreira, erva doce, hortelã, chá-preto, chá-mate, maracujá, pêssego,	100 caixas	Caixa	R\$ 4,58	R\$ 458,00	R\$ 0,01



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

	morango), com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	com 10 unidades cada				
08	Leite Longa Vida (UHT) integral, envazado em embalagem de 01 (um) litro em caixa tipo TETRAPACK, multilaminada, cartonada, asséptica e impermeável ao ar, à luz e a micro-organismos com prazo de validade mínimo de 4 (quatro) meses a partir da data de entrega à Câmara. Acondicionados em caixas de 12 (doze) unidades.	360	Litros	R\$ 5,9058	R\$ 2.126,10	R\$ 0,01
09	Manteiga de primeira qualidade, constituída a partir de creme de leite pasteurizado, com adição de sal, em embalagem plástica lacrada de 500 g , com prazo de validade restante de no mínimo 2 (dois) meses a partir da data de entrega à Câmara.	60	Unidade	R\$ 31,46	R\$ 1.887,60	R\$ 0,05
10	Suco de abacaxi . Garrafas de sucos homogeneizados não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	120	Unidade	R\$ 9,96	R\$ 1.195,20	R\$ 0,01
11	Suco de caju . Garrafas de sucos homogeneizados não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	130	Unidade	R\$ 8,13	R\$ 1.056,90	R\$ 0,01
12	Suco de goiaba . Garrafas de sucos homogeneizados não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	120	Unidade	R\$ 9,24	R\$ 1.108,80	R\$ 0,01
13	Suco de manga . Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	150	Unidade	R\$ 9,30	R\$ 1.395,00	R\$ 0,01
14	Suco de maracujá . Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	250	Unidade	R\$ 15,42	R\$ 3.855,00	R\$ 0,01
15	Suco de uva . Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados e não alcoólicos, acondicionados em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	120	Unidade	R\$ 11,97	R\$ 1.436,40	R\$ 0,01
16	Álcool etílico líquido 70%, galão de 5 litros , com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	20	Unidade	R\$ 56,90	R\$ 1.138,00	R\$ 0,10
17	Álcool gel 70% em galão de aproximadamente 5 litros , com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	05	Unidade	R\$ 65,73	R\$ 328,65	R\$ 0,10



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os créditos para satisfazerem as despesas decorrentes da apuração deste pregão correrão por conta da dotação orçamentária de elemento de despesas 3.3.9.0.30.00 (material de consumo), programa de trabalho 01.001.01.031.0104.2.288 (manutenção das atividades legislativas).

7. DO REAJUSTAMENTO

7.1. Os preços serão fixos e irredutíveis, exceto na hipótese de quebra do equilíbrio econômico-financeiro, devidamente comprovadas, situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou ainda de redução dos preços praticados no mercado.

7.2. Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo aceitos pleitos de acréscimos, a esse ou a qualquer título, devendo o objeto estar estabelecido neste Edital, sem ônus adicional para a Câmara Municipal de Nova Friburgo.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

8.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

8.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

8.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

8.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

9.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

9.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

9.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

9.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

9.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

9.10. A vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993, não alcança documento destinado a atestar condição de habilitação preexistente à abertura da sessão pública, apresentado em sede de diligência (Acórdão 1211, 2443 e 2568, todos expedidos em 2021 pelo Plenário do TCU).

10. DA PROPOSTA DE PREÇOS

10.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

10.1.1. Valores unitários e global;

10.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

10.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

10.3.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale-transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei n° 8.666, de 1993.

10.4. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

10.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

10.6. Os preços unitários ofertados, incluídos na Proposta de Preço deverão ser expressos em moeda nacional (reais) com 04 (quatro) casas decimais e na unidade de compra (U/C) unidade. O preço ofertado pela licitante **não pode ser superior ao preço máximo aceitável** calculado pela Administração, descrito no Item 5 deste Edital, obedecidos os preços unitários;

10.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

10.8. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta e caso persista o interesse da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, esta poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

10.9. Os prazos poderão ser prorrogados, mantidas as demais condições desta contratação e assegurada à manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos motivos elencados no parágrafo primeiro do art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93, devidamente atuado em processo.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

11.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

11.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

11.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.6. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

11.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser aquele indicado para cada item (ver Item 5 deste Edital).

11.10. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa “aberto”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.11. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.12. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.13. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.14. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

11.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

11.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

11.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 min (dez minutos), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 h (vinte e quatro horas) da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

11.19. O critério de julgamento adotado será o **menor preço unitário**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

11.20. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

11.21. Em caso de itens/grupos não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte e caso a primeira colocada não seja microempresa, o sistema ordenará as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte, que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

11.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

11.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

11.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

11.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

- a) prestados por empresas brasileiras;
- b) prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- c) prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- d) Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

11.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

11.28. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

11.29. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 h (duas horas)**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

11.30. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

11.31. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

12. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

12.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

12.2. A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo I deste Edital.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

12.3. A Proposta de Preços ajustada aos últimos lances, **devidamente preenchida conforme modelo do Anexo I**, deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, **no prazo de 02 h (duas horas)**, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

12.4. A inexecuibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.

12.5. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

12.5.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

12.5.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

12.5.3 não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

12.5.4 apresentar preço final superior ao preço máximo aceitável fixado pela Administração ou que apresentar preço manifestamente inexecuível.

12.5.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexecuível a proposta de preços ou menor lance que:

a) for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

b) apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

12.6. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

12.8. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.9. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, **no prazo de 24 h (vinte e quatro horas)**, sob pena de não aceitação da proposta.

12.10. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

12.11 O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Proposta de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

12.12. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

12.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

12.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

12.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

12.14. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

12.15. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

12.16. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

12.17. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

13. HABILITAÇÃO

13.1. O Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica.

13.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

13.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

13.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, **via sistema, no prazo de 24 h (vinte e quatro horas)**, sob pena de inabilitação.

13.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

13.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

13.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

13.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

13.9 - DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

13.9.1. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, em se tratando de empresa individual ou sociedade empresária;

13.9.2. Inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, em se tratando de sociedade simples;

13.9.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.9.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

13.9.5. Cópia do Decreto de autorização para que se estabeleçam no País e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, no caso de empresas ou sociedades estrangeiras.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Estado do Rio de Janeiro

13.9.6. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI) quando Microempreendedor Individual- MEI

OBS.: Na hipótese de existir alteração nos documentos citados em (13.9.3), posteriormente à constituição da firma ou sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

13.10 - DA REGULARIDADE FISCAL

13.10.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF);

13.10.2. Prova de inscrição no **cadastro de contribuintes estadual ou municipal** se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;

13.10.3. Prova de **regularidade com a Fazenda Federal**, através da apresentação da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União que abrange inclusive as Contribuições Sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

13.10.4. Prova de **regularidade com a Fazenda Estadual**, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Estaduais (ICMS) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda e da Certidão da Dívida Ativa Estadual comprovando a inexistência de débitos inscritos, ou outra(s) equivalente(s), tal (ais) como certidão (ões) positiva(s), com efeito, de negativa(s), na forma da lei;

13.10.5. Prova de **regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante**, através da apresentação de Certidão de Regularidade de Tributos Municipais (ISS) expedida pela Secretaria Municipal de Fazenda, e da Certidão da Dívida Ativa Municipal comprovando a inexistência de débitos inscritos ou outra equivalente, tal como certidão positiva com efeito de negativa, na forma da lei;

13.10.6. Certificado de Regularidade de Situação perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – **FGTS**, expedido pela Caixa Econômica Federal – CEF.

13.10.7 – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – **CNDT**, expedida gratuita e eletronicamente, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (conforme Lei nº 12.440/11) ou pela Certidão Positiva Com efeito de Negativa de Débitos Trabalhistas, na forma do art. 642-A §2º da CLT.

13.10.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

13.10.9. **Microempresas e empresas de pequeno porte**

13.10.9.1. A microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar os documentos de regularidade fiscal mesmo que apresentem alguma restrição, caso seja adjudicatária deste certame, nos termos do art. 42 da Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.

13.10.9.2. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal exigida neste edital, será assegurado à microempresa ou empresa de pequeno porte adjudicatária deste certame o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados do momento em que for declarada a vencedora, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

13.10.9.3. A falta de regularização da documentação no prazo acima previsto implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital e na legislação, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

13.10.9.4. O licitante enquadrado como Microempreendedor Individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

13.11. DA DECLARAÇÃO RELATIVA A TRABALHO DE MENORES

13.11..1. Declaração firmada pela licitante, em campo próprio do sistema eletrônico, conforme item 4.3.5, expressando não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de dezesseis anos, salvo a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz, em cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988 e de acordo com o inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, acrescido pela Lei Federal nº 9.854/99, regulamentada pelo Decreto nº 4.358/02.

13.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

13.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

13.14. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

13.15. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

14. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

14.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no **prazo de 02 h (duas horas)**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

14.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

14.1.2. apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor, com os valores totais arredondados para duas casas decimais;

14.1.3. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

14.1.4. conter identificação dos procuradores que assinaram os respectivos contratos.

14.1.5. conter endereço de e-mail para envio de notas de empenho, contratos, Atas de Registro de Preços e demais documentos para formalização da contratação.

14.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

14.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

14.4. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

14.4.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

14.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

14.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

15 – DOS RECURSOS

15.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de **30 min (trinta minutos)**, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra quais decisões pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

15.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

15.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

15.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de **3 (três) dias** para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, se desejarem, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros **3 (três) dias**, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

15.4. A falta de manifestação imediata e motivada importará a decadência do direito de recorrer e a adjudicação do objeto da licitação ao vencedor.

15.5. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

15.6. Os itens para os quais não forem interpostos recursos serão desde logo adjudicados.

15.7. Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao pregoeiro da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO que, no prazo de 3 (três) dias úteis, decidirá de forma fundamentada.

15.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a Autoridade competente da CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO adjudicará o objeto e homologará a licitação.

16. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

16.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

16.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

16.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

16.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

16.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”) ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

16.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

17. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

17.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

17.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

18 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 - No caso de descumprimento total ou parcial das condições deste edital, a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, sem prejuízo das perdas e danos e das multas cabíveis, nos



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

termos da lei civil, aplicará à contratada conforme o caso, as penalidades previstas nos art. 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666/93, bem como no que couber, as seguintes sanções:

- a) Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;
- b) multa moratória, na forma do Termo de Referência, sem prejuízo de demais cominações legais;
- c) multa administrativa, na forma do Termo de Referência, pela recusa injustificada do adjudicatário;
- d) Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- e) Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos.

18.2 - As multas moratórias e administrativas poderão ser aplicadas cumulativamente entre si e com as demais sanções ou individualmente, não impedindo que a CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO rescinda, unilateralmente, o contrato e aplique as demais sanções legais cabíveis.

18.3 - As multas administrativas e moratórias aplicadas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à contratada ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em consonância com os parágrafos 2º e 3º do art. 86 da Lei Federal nº 8.666/93.

18.4 - A aplicação de multas não elidirá, em face do descumprimento do pactuado, o direito da Câmara Municipal de Nova Friburgo de rescindir de pleno direito o contrato, independente de ação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais cabíveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

18.5 - A empresa que não retirar o empenho dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar a documentação exigida para a contratação, retardar a execução, descumprir injustificadamente qualquer cláusula contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal poderá nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/02, ser impedida de contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo da aplicação das demais cominações legais, tudo proporcionalmente ao grau de culpabilidade da conduta apenada.

18.6. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.9. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

19- DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1 - Por ocasião da homologação da licitação, será incluído, na respectiva Ata de Registro de Preços na forma de anexo, o registro das licitantes não desclassificadas que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da licitante vencedora na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei n.º 8.666/93.

19.2 - Homologado o resultado deste Pregão, a licitante mais bem classificada será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

19.3 - O prazo para que a licitante mais bem classificada compareça após ser convocada, poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Tribunal de Contas da União.

19.4 - É facultado à Câmara Municipal de Nova Friburgo, quando a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, nos termos do art. 4º, inciso XXIII, da Lei 10.520/02.

19.5 - Publicada na Imprensa Oficial, na forma de extrato, a Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, conforme disposto no artigo 14 da Resolução Legislativa nº2.328/2019.

19.6 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

19.7 - O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 06 (seis) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

19.8 - Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 17 da Resolução Legislativa nº2.328/2019.

19.8.1 - Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

19.9 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

19.9.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

19.9.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

19.10 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

19.11 - Não havendo êxito nas negociações previstas na condição anterior, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

19.12 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n.º 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 2002.

19.13 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas subcondições 19.10.a, 19.12.b e 19.12.d será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19.14 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados:

a) por razão de interesse público; ou

b) a pedido do fornecedor.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

19.15 - Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata registrada, concluídos os procedimentos de ajuste, a Câmara Municipal de Nova Friburgo fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos fornecedores registrados a nova ordem de classificação.

19.16 - A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

20. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

20.1 – O objeto será recebido definitivamente pelo responsável pelo Setor de Almoxarifado, assim designado pelo Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo, imediatamente após verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas consignadas no ANEXO II deste edital.

20.2 – O recebimento do objeto pela Câmara Municipal de Nova Friburgo não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vício de quantidade ou qualidade do objeto ou disparidades com as especificações estabelecidas no ANEXO II deste Edital.

21 – DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO

21.1.A execução do objeto licitado deverá ser realizada em conformidade com as especificações, formas e prazos descritos no Termo de Referência (**ANEXO II**) deste edital.

21.2. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

21.3. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21.4. Na hipótese com entrega imediata, os adjudicatários deverão atender as condições discriminadas na “PROPOSTA DE PREÇOS”, retirando as **AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO** e o Empenho emitido pela Câmara Municipal de Nova Friburgo no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação.

21.4.1. Deverá constar no corpo da nota fiscal a descrição do objeto, o número do processo de compra e o número do empenho, bem como o período de competência a que esta se refere.

21.5. A Fiscalização da execução do objeto licitado será pelo(s) agente(s) público(s) designado(s) pelo Presidente da Câmara Municipal de Nova Friburgo através de portaria. A ele(s) incumbirá a prática de todos e quaisquer atos próprios ao exercício desse mister, definidos na legislação pertinente e nas especificações dos objetos a serem entregues, inclusive quanto à aplicação das penalidades previstas neste contrato e na legislação em vigor.

22. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

22.1. Ocorrendo atraso no pagamento das obrigações e desde que este atraso decorra de culpa da Câmara Municipal de Nova Friburgo, o valor devido será acrescido de 0,1% (um décimo por cento) a título de multa, além de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso, a título de compensação financeira, a serem calculados sobre a parcela devida.

22.2. Caso a Câmara Municipal de Nova Friburgo antecipe o pagamento da CONTRATADA, poderá ser descontado da importância devida 0,033 % (trinta e três milésimos por cento) por dia de antecipação.

22.3. A licitante contratada deverá apresentar a documentação para a cobrança respectiva ao fiscal do contrato da Câmara Municipal de Nova Friburgo, até o 5º (quinto) dia útil posterior à data final do período de adimplemento da obrigação.

22.4. O pagamento será efetuado pela Câmara Municipal de Nova Friburgo até o 10º (décimo) dia, após a entrega parcial, aceitação do objeto e liquidação mediante apresentação da nota fiscal, junto com a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, INSS, FGTS e Fazenda dentro do prazo de validade.

22.5. Na hipótese de o documento de cobrança apresentar erros, fica suspenso o prazo para pagamento, prosseguindo-se a contagem somente após a apresentação da nova documentação isenta de erros.

23. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Farinha Filho, nº 50, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28610-280, no protocolo da Câmara Municipal de Nova Friburgo/RJ, das 09:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, diariamente, exceto aos sábados, domingos e feriados.

23.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço de e-mail licitacaonf@novafriburgo.rj.leg.br.

23.6 O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

23.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

31.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

24. DOS ANEXOS QUE INTEGRAM ESTE EDITAL

24.1 – Anexo I – Modelo de Proposta de Preços;

24.2 – Anexo II – Termo de Referência;

24.3 – Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços.

25. DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico e no sítio oficial do órgão: www.novafriburgo.rj.leg.br.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Estado do Rio de Janeiro

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no Portal de Compras do Governo Federal – www.gov.br/compras, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no sítio eletrônico <https://www.novafriburgo.rj.leg.br/> e no endereço Rua Farinha Filho, nº 50, Centro, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28610-280, nos dias úteis, no horário das 9 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. É facultada ao pregoeiro e à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive para verificar a compatibilidade das especificações do objeto ofertado diante dos requisitos previstos neste edital e seus anexos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta ou da documentação de habilitação.

25.13. A Administração poderá, a qualquer momento, revogar esta licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, ou anular o certame se constatado vício no seu processamento, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

25.14. Ocorrendo a revogação ou anulação do certame, a decisão será publicada no mesmo veículo em que se deu a publicação do aviso inicial.

25.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo pregoeiro, com auxílio da equipe de apoio.

25.16. A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO e os licitantes do certame, elegem o foro do Município de Nova Friburgo, para dirimir qualquer questão controversa relacionada com o presente edital.

Nova Friburgo, 22 de novembro de 2022.

RICARDO DA GAMA ROSA COSTA
Membro da Comissão Permanente de Licitações



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

ANEXO I - MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

 Estado do Rio de Janeiro Câmara Municipal de Nova Friburgo		PROPOSTA DE PREÇOS Processo n.º 059/2022 Pregão Eletrônico n.º 018/2022 Registro de Preços		09 – Identificação da Empresa ou Carimbo Padronizado			
04 – Nome do Órgão CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO		05 – Endereço Rua Farinha Filho, 50 – Centro – Nova Friburgo/RJ.		10-Banco	11- Agência	12 – N° C/C	
06 – Esta proposta deverá ter os campos 09, 10, 11, 12, 13, 16,17, 18, 19 e 20 preenchidos pela Empresa e devolvida até a data da realização da Licitação às 13:00 do dia 12/12/2022 no endereço acima, NO SISTEMA Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras)				13 – Declaramos inteira submissão aos termos desta Proposta, do Edital ou Convite e a Legislação em vigor. Assinatura			
07 – Prazo de execução: DE ACORDO COM O EDITAL				08 – Local de entrega: CMNF			
14 – Item	15 – DESCRIÇÃO DO OBJETO			16 - Marca / Fabricante	17 – Quantidade	18 – Valor unit.	19 – Valor total
01	Adoçante sacarina sódica e ciclamato de sódio, acondicionada em embalagem de 100 ml , com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.				10 unidades	R\$	R\$
02	Açúcar refinado, branco, origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar, 1ª qualidade, apresentando uma estrutura microcristalina que lhe confere granulometria fina e alta capacidade de dissolução, acondicionado em embalagem plástica de 1 kg , com todas as informações pertinentes ao produto e previstas na legislação impressas externamente na embalagem, prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega.				500 unidades	R\$	R\$
03	Biscoito salgado tipo cream cracker , em embalagem com 200g , com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega à Câmara.				700 unidades	R\$	R\$
04	Biscoito doce tipo maisena , em embalagem com 200g , com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega à Câmara.				450 unidades	R\$	R\$
05	Biscoito wafer, acondicionado em embalagem, no mínimo, de 115g nos sabores morango, chocolate e limão, com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega à Câmara.				150 unidades	R\$	R\$
06	Café torrado e moído de primeira qualidade, com aspecto homogêneo, embalado a vácuo, sabor predominante de café arábica, admitindo-se mistura de café conilon até 20% e, no máximo, 20% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade (NMQ) igual ou superior a 05 (cinco), acondicionado em pacote de 500g , com todas as informações pertinentes ao produto previstas na legislação vigente, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Prazo de validade restante mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.				400 unidades	R\$	R\$



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

07	Chá (sabores camomila, capim cidreira, erva doce, hortelã, chá-preto, chá-mate, maracujá, pêssego, morango), com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.		100 caixas com 10 unidades cada	R\$	R\$
08	Leite Longa Vida (UHT) integral, envazado em embalagem de 01 (um) litro em caixa tipo TETRAPACK, multilaminada, cartonada, asséptica e impermeável ao ar, à luz e a micro-organismos com prazo de validade mínimo de 4 (quatro) meses a partir da data de entrega à Câmara. Acondicionado em caixas de 12 (doze) unidades.		360 litros	R\$	R\$
09	Manteiga de primeira qualidade, constituída a partir de creme de leite pasteurizado, com adição de sal, em embalagem plástica lacrada de 500g , com prazo de validade restante de no mínimo 2 (dois) meses a partir da data de entrega à Câmara.		60 unidades	R\$	R\$
10	Suco de abacaxi . Garrafas de sucos homogeneizados não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro, com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.		120 unidades	R\$	R\$
11	Suco de caju . Garrafas de sucos homogeneizados não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega.		130 unidades	R\$	R\$
12	Suco de goiaba . Garrafas de sucos homogeneizados não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega.		120 unidades	R\$	R\$
13	Suco de manga . Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.		150 unidades	R\$	R\$
14	Suco de maracujá . Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.		250 unidades	R\$	R\$
15	Suco de uva . Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados e não alcoólicos, acondicionados em embalagens de 1 litro , com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.		120 unidades	R\$	R\$
16	Álcool etílico líquido 70% , galão de 5 litros , com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.		20 unidades	R\$	R\$
17	Álcool gel 70% em galão de aproximadamente 5 litros , com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega.		10 unidades	R\$	R\$
		20 - VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$			
		21 - Valor total por extenso:			
		VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS			

OBS: Os valores unitários podem ser expressos em até 4 (quatro) casas decimais, mas os valores totais devem ser arredondados para 2 (duas) casas decimais.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO Estado do Rio de Janeiro

Responsáveis pela assinatura da Ata de Registro de Preços:

Nome:

CPF:

Identidade:

E-mail:

E-mail para notificação:

AUTORIZO, sob as penas da Lei, que todas as notificações referentes ao presente processo licitatório e futuras contratações poderão ser realizadas pelo e-mail _____, abrindo mão de notificações por quaisquer outros métodos e servindo a cópia do e-mail como comprovante para conhecimento dos atos praticados.



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

COMPRA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E ÁLCOOL 70% EM GEL E LÍQUIDO

SETOR REQUISITANTE: Almoxarifado

NOME DO RESPONSÁVEL: Eudiane Maia da Silva

DATA DA REQUISIÇÃO: 02/09/2022

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios e álcool 70% em gel e líquido para atender às necessidades e demandas da Câmara Municipal de Nova Friburgo.

PRAZO PARA ENTREGA: Até 15 (quinze) dias após o recebimento do pedido acompanhado da Nota de Empenho e Mapa de Adjudicação.

LOCAL DE ENTREGA: Os produtos deverão ser entregues na Sede do Poder Legislativo de Nova Friburgo situada na Rua Farinha Filho, 50 – Centro, Nova Friburgo-RJ – CEP 28610-280, sem qualquer ônus para a contratante referente a frete, seguro e demais despesas referentes a entrega.

DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO:

Item	Descrição detalhada do item	Quantidade solicitada	Unidade de medida	Consumo		
				2019	2021	2022 (primeiro semestre)
01	Adoçante sacarina sódica e ciclamato de sódio, acondicionada em embalagem de 100 ml, com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	10	Unidade	15	16	5
02	Açúcar refinado, branco, origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar, 1ª qualidade, apresentando uma estrutura microcristalina que lhe confira granulometria fina e alta capacidade de dissolução, acondicionado em embalagem plástica de 1 kg, com todas as informações pertinentes ao produto e previstas na legislação impressas externamente na embalagem, prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	500	Quilo	960	890	300
03	Biscoito salgado – tipo cream cracker, acondicionado em embalagem de 200 g, com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega.	700	Unidade	645	900	550
04	Biscoito doce tipo maizena, acondicionado em embalagem de 200 g, com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis)	450	Unidade	699	540	290



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

	meses a partir da data de entrega à Câmara.					
05	Biscoito tipo wafer, acondicionado em embalagem, no mínimo, de 115 g nos sabores morango, chocolate e limão, com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega à Câmara.	150	Unidade	393	180	50
06	Café torrado e moído de primeira qualidade, com aspecto homogêneo, embalado a vácuo, sabor predominante de café arábica, admitindo-se mistura de café conilon até 20% e, no máximo, 20% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade (NMQ) igual ou superior a 5 (cinco), acondicionado em pacote de 500 g, com todas as informações pertinentes ao produto previstas na legislação vigente, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Prazo de validade restante mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	400	Unidade	840	550	265
07	Chá (sabores camomila, capim cidreira, erva doce, hortelã, chá-mate, maracujá, pêssego, morango, maçã com canela), Com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	100 (caixas com 10 unidades cada)	Caixa	152	150	75
08	Leite Longa Vida (UHT), integral, envasado em embalagem de 01 (um) litro em caixa tipo TETRAPACK, multilaminada, cartonada, asséptica impermeável ao ar, à luz e a micro-organismos com prazo de validade mínimo de 4 (quatro) meses a partir da data de entrega.	30 (caixas com 12 unidades cada)	Caixa	35	32	20
09	Manteiga de primeira qualidade, constituída a partir de creme de leite pasteurizado, com adição de sal, em embalagem plástica lacrada de 500 g, com prazo de validade restante de no mínimo 3 (três) meses a partir da data de entrega à Câmara.	60	Unidade	60	83	42
10	Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados, não alcoólicos, acondicionados em embalagens de 1 litro, sabor abacaxi, com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	120	Unidade	65	121	60
11	Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados, não alcoólicos, em embalagens de 1 litro, sabor caju, com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	130	Unidade	132	141	60



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

12	Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados, não alcoólicos, acondicionados em embalagens de 1 litro, sabor goiaba, com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	120	Unidade	88	141	67
13	Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados, não alcoólicos, acondicionados em embalagens de 1 litro, sabor manga com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	150	Unidade	120	174	87
14	Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados, não alcoólicos, acondicionados em embalagens de 1 litro, sabor maracujá com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	250	Unidade	205	270	137
15	Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados, não alcoólicos, acondicionados em embalagens de 1 litro, sabor uva com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	120	Unidade	72	113	74
16	Álcool etílico líquido 70%, galão de 5 litros, com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	20	Unidade	S/H	29	10
17	Álcool gel 70% em galão de aproximadamente 5 litros, com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	05	Unidade	S/H	18	4



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____ / ____

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Processo Administrativo/CPL nº 059/2022

Pregão Eletrônico nº 018/2022

Órgão Gerenciador: Câmara Municipal de Nova Friburgo

Local de entrega: Os produtos deverão ser entregues na Sede do Poder Legislativo de Nova Friburgo situada na Rua Farinha Filho, 50 – Centro, Nova Friburgo-RJ – CEP 28610-280, sem qualquer ônus para a contratante referentes a frete, seguro e demais despesas referentes a entrega, no prazo de até 15 (quinze) dias após o recebimento da nota de empenho e mapa de adjudicação.

Vigência: __ / __ / __ a __ / __ / __.

No dia __ de ____ de 20 __, a Câmara Municipal de Nova Friburgo, situada na Rua Farinha Filho, 50 – Centro – Nova Friburgo - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 29.844.172/0001-23, representado pelo _____, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e da Resolução Legislativa nº 2.328/2019, e demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico nº 018/2022, RESOLVE registrar o preço ofertado pelo Fornecedor Beneficiário _____, localizado _____, inscrito no CNPJ sob o nº _____, representado pelo _____, conforme quadros a seguir:

Item	Especificação	Quantidade	Marca / fabricante	Valor unitário	Valor total
01	Adoçante sacarina sódica e ciclamato de sódio, acondicionada em embalagem de 100 ml, com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	10 unidades			
02	Açúcar refinado , branco, origem vegetal, sacarose de cana-de-açúcar, 1ª qualidade, apresentando uma estrutura microcristalina que lhe confere granulometria fina e alta capacidade de dissolução, acondicionado em embalagem plástica de 1 kg, com todas as informações pertinentes ao produto e previstas na legislação impressas externamente na embalagem, prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	500 unidades			
03	Biscoito salgado tipo cream cracker , em embalagem com 200 g, com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega à Câmara.	700 unidades			
04	Biscoito doce tipo maisena , em embalagem com 200 g, com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega à Câmara.	450 unidades			
05	Biscoito wafer , acondicionado em embalagem, no mínimo, de 115 g nos sabores morango, chocolate e limão, com prazo de validade restante de no mínimo 06 (seis) meses a partir da data de entrega à Câmara.	150 unidades			
06	Café torrado e moído de primeira qualidade, com aspecto homogêneo, embalado a vácuo, sabor predominante de café arábica, admitindo-se mistura de café conilon até 20% e, no máximo, 20% de PVA (grãos pretos, verdes e ardidos), tipo tradicional, com nível mínimo de qualidade (NMQ) igual	400 unidades			



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

	ou superior a 05 (cinco), acondicionado em pacote de 500 g, com todas as informações pertinentes ao produto previstas na legislação vigente, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Prazo de validade restante mínima de 12 (doze) meses a partir da data de entrega.				
07	Chá (sabores camomila, capim cidreira, erva doce, hortelã, chá-preto, chá-mate, maracujá, pêssego, morango), com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	100 caixas com 10 unidades cada			
08	Leite Longa Vida (UHT) integral, envazado em embalagem de 01 (um) litro em caixa tipo TETRAPACK, multilaminada, cartonada, asséptica e impermeável ao ar, à luz e a micro-organismos com prazo de validade mínimo de 4 (quatro) meses a partir da data de entrega à Câmara. Acondicionado em caixas de 12 (doze) unidades.	360 litros			
09	Manteiga de primeira qualidade, constituída a partir de creme de leite pasteurizado, com adição de sal, em embalagem plástica lacrada de 500 g, com prazo de validade restante de no mínimo 2 (dois) meses a partir da data de entrega à Câmara.	60 unidades			
10	Suco de abacaxi. Garrafas de sucos homogeneizados não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro, com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	120 unidades			
11	Suco de caju. Garrafas de sucos homogeneizados não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro, com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	130 unidades			
12	Suco de goiaba. Garrafas de sucos homogeneizados não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro, com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega.	120 unidades			
13	Suco de manga. Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro, com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	150 unidades			
14	Suco de maracujá. Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados e não alcoólicos, em embalagens de 1 litro, com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	250 unidades			
15	Suco de uva. Garrafas de sucos homogeneizados, não fermentados e não alcoólicos, acondicionados em embalagens de 1 litro, com prazo de validade restante de no mínimo 6 meses a partir da data de entrega à Câmara.	120 unidades			
16	Álcool etílico líquido 70%, galão de 5 litros, com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega à Câmara.	20 unidades			
17	Álcool gel 70% em galão de aproximadamente 5 litros, com prazo de validade restante de no mínimo 12 (doze) meses a partir da data de entrega.	10 unidades			



CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

Estado do Rio de Janeiro

Valor Global:		
---------------	--	--

Constitui Anexo ao presente instrumento a Ata de Formação do Cadastro de Reserva constante do Processo Administrativo CPL nº 059/2022, contendo o registro das licitantes que aceitaram cotar os bens ou serviços acima pelos preços ora registrados, porventura tenham havido interessados, nos termos do inc. II e § 1º do art. 11 da Resolução Legislativa nº. 2.328/2019.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços é de 06 (seis) meses, contado de ____/____/____ a ____/____/____, podendo ser prorrogada por igual período, a critério da Administração e com a concordância do fornecedor.

As especificações técnicas constantes do Termo de Referência e do Edital do Pregão Eletrônico n.º 018/2022 integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

A presente Ata, após lida e achada conforme, é assinada pelos representantes legais da Câmara Municipal de Nova Friburgo e do Fornecedor Beneficiário.

Nova Friburgo-RJ, ____ de _____ de 20 ____.

VEREADOR WELLINGTON MOREIRA
CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO

[Razão social da empresa]
Representante legal: [nome completo]
CI: [número e órgão emissor]
CPF: [número]

Instrumento de outorga de poderes: [procuração/contrato social/estatuto social]